

ARTIGO

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: uma contribuição ao debate a partir de C. B. Macpherson

Neiva Afonso Oliveira*

RESUMO: O artigo introduz as linhas gerais da proposta de democracia participativa, conforme apresentada da obra *A Democracia Liberal*, de C. B. Macpherson. Faz uma relação desta linha de raciocínio com as questões da *cidadania* e da *representação* no Estado Liberal Moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; participação política; cidadania; liberalismo.

*A soberania não pode ser representada
pela mesma razão por que não pode ser alienada,
consiste essencialmente na vontade geral
e a vontade absolutamente não se representa.
É ela mesma ou é outra,
não há meio-termo.*

(Rousseau)

Discussões sobre o limite da propriedade, o entrelaçamento do econômico com o político, democracia econômica, democracia política, e o deterioramento das relações humanas no capitalismo constituem-se temas atuais, constantemente entressachados nos quefazeres dos pesquisadores e trabalhadores sociais. Somando-se aos esforços feitos nessa área, o presente texto visa contribuir com as diferentes discussões sobre cidadania, oferecendo a abordagem teórica que o pensador canadense C. B. Macpherson apresenta numa de suas obras mais importantes, *A Democracia liberal*, na qual pretende uma radiografia da sociedade democrática liberal contemporânea, a qual apresenta-se como desdobramento das teorias políticas do individualismo possessivo; estas, desde Thomas Hobbes e John Locke, constituem o início de uma argumentação

* Doutoranda em Filosofia Política na PUCRS, Mestre em Filosofia pela PUCRS, Graduada em Filosofia pela UCPel.

em torno da qual teriam surgido os pressupostos fundadores da democracia liberal, à base do acento no mercado e na propriedade privada como determinantes das relações sócio-políticas.

As diferentes relações e demandas que se estabelecem no seio das sociedades contemporâneas são todas subsumidas nas determinações jurídico-formais do Estado de Direito, representado em sua forma derradeira pelo Estado de Bem-Estar Social. O estreitamento da participação dos cidadãos dá-se em nível de enquadramento dos diversos setores da sociedade civil ao modelo do Estado Liberal Moderno, cujas prerrogativas baseiam-se tão-somente na defesa e garantia das liberdades individuais formais, sem atentar para a efetivação das condições materiais dos cidadãos. A sociedade civil passa a ser convidada a optar por trocas compensatórias e não questionadoras de desigualdades e exclusão social, desde sempre existentes em nosso modelo de sociedade. Paralelamente às desigualdades sociais e econômicas, encontram-se as desigualdades políticas, respaldadas pelo modelo de democracia representativa do Estado Liberal Moderno, no qual o político passa a ser exclusividade da figura do chamado “representante”. Escolhidos sem a mediação do objeto concreto, sem a discussão sobre as questões objetivas que afetam a existência social, colaboram para que o cidadão tenha a quem transferir as responsabilidades políticas que lhe são inerentes. Deste modo, além de cada vez mais abstratamente representados em nossos anseios, mais a atividade política torna-se tarefa de “especialistas” e menos espaço resta para a participação educativa.

Teoria macphersoniana, através da radiografia da sociedade democrática liberal, apresenta uma seqüência de três modelos por que tem passado a democracia liberal, visualizando a perspectiva histórica de cada um e os submetendo à avaliação crítica; propõe, ainda, um quarto modelo, o da Democracia Participativa, que implica uma mudança radical de postura em direção ao **agir** em detrimento do **obter**, mudança esta respaldada pela abolição gradativa da apatia política e pela supressão das desigualdades sociais.

Acompanhamos a argumentação de Macpherson a favor de um modelo de democracia que conta com um esquema de ampla participação dos cidadãos, sem a prevalência dos pré-requisitos da sociedade competitiva capitalista e com a supressão dos antagonismos de classe. O modelo de democracia participativa sugerido por Macpherson tem como marca

distintiva o ser *dinâmico*: a proposta de eleição de *delegados* fundamenta-se em pressupostos bem distintos dos que norteiam a eleição de *representantes*. Aqui, a escolha passa antes pelo efetivo exercício do político, ou seja, a participação ativa no debate público das questões públicas. É como desdobramento deste passo primeiro, simultaneamente caracterizado como ação política e educação política, que são escolhidos os delegados que deverão, em esferas superiores, deliberar sobre as propostas específicas para as quais foram eleitos.

Desejamos, através do texto que ora apresentamos, contribuir para o debate de questões tão relevantes para nossa sociedade atual, acreditando que as análises de Macpherson são claras e passíveis de representar, senão soluções prontas, ao menos pistas para um aprofundamento de temas inadiáveis em nossa sociedade liberal.

1. Pressupostos conceituais e metodológicos

O intuito do autor em *The Life and Times of Liberal Democracy* é examinar os limites e possibilidades do modelo político que se instituiu nos últimos séculos. Faz, então, um estudo de reconstituição do percurso histórico da democracia liberal ao longo, pelo menos, dos últimos 150 anos, explicando-a em termos de “modelos sucessivos”. Entretanto, não adotará este procedimento sem, em primeiro lugar, considerar os compromettimentos da própria democracia liberal e, logo após, justificar a abordagem metodológica apoiada em modelos.

A Democracia Liberal começou nas sociedades capitalistas de mercado, e desde o início admitiu seu pressuposto básico inconsciente de que *o mercado marca o homem*. Até aqui, a perspectiva de mercado tem prevalecido: *liberal* tem sido tomado a partir do significado *capitalista*. No entanto, embora a conceituação liberal, historicamente, tenha sido tomada como aceitação dos pressupostos capitalistas, não queremos supor que necessite ser, para sempre, encarada assim. Eis a posição do autor:

“O fato de que os valores liberais tenham germinado nas sociedades capitalistas de mercado não é em si razão pela qual o princípio ético central do liberalismo – a liberdade do indivíduo para concretizar suas capacidades humanas – tenha de confinar-se sempre necessariamente a essas sociedades. Pelo contrário, pode-se argu-

mentar que o princípio ético, ou, se preferirmos, o anseio de liberdade individual transbordou de seu invólucro capitalista de mercado e pode viver agora tão bem ou melhor sem ele, assim como as forças produtivas do homem, que cresceram consideravelmente no capitalismo concorrencial, não se perderam quando o capitalismo abandona a concorrência livre ou é substituído por alguma forma de socialismo.” (MACPHERSON, 1978, p.10)

Assim, de acordo com a proposta macphersoniana, tanto menos ênfase no mercado com um maior acento no desenvolvimento individual, mais liberal será a sociedade. A continuidade de algo que possa ser denominado democracia liberal dependerá da diminuição paulatina dos quesitos do mercado e uma ascensão gradual do direito igual de desenvolvimento individual. Há alguma possibilidade de que isso venha a acontecer, mas longe estamos da certeza de que efetivamente ocorra.

Dado esse passo inicial, a próxima preocupação de Macpherson, então, é esclarecer que o termo “modelo” está sendo utilizado num sentido amplo como “... *elaboração teórica com vistas a exhibir e explicar as relações reais, subjacentes às aparências, entre os fenômenos ou no seio dos fenômenos em estudo.*” (MACPHERSON, 1978, p.10) Além disso, diferentemente do que ocorre com os modelos (ou teorias) das ciências naturais, há outras dimensões a serem consideradas. Primeiro, além de explicar as relações reais subjacentes a formações sociais passadas e presentes, “... *podem tentar discernir forças de mudança, e limites de mudança, que devem operar no futuro.*” (MACPHERSON, 1978, p.11) Segundo, nos modelos de teorização política, há uma dimensão ética que os faz não só explicativos, mas também justificativos ou propositivos. E mais, a perspectiva ética aponta ainda para a necessidade de se tomar em conta alguns pressupostos sobre os seres humanos, que são a base do sistema político. Assim, se consideramos o tipo de conduta política de que são capazes, concluímos que não estamos limitados exclusivamente ao modo como as pessoas agem politicamente no presente; ao contrário, é possível manter a esperança de transformações, “... *se pudermos mostrar razões para esperar que esse estado pode mudar no caso de mudanças, por exemplo, nas possibilidades tecnológicas e nas relações econômicas de sua sociedade.*” (MACPHERSON, 1978, p.12) Resumindo, o autor determina com maior precisão seu entendimento sobre o emprego

de modelos como instrumento analítico, afirmando:

“... ao contemplar modelos de democracia – passados, presentes ou futuros – devemos ter claramente em consideração duas coisas: os pressupostos sobre os quais toda a sociedade em que o sistema político democrático deve operar, e seus pressupostos quanto à natureza essencial das pessoas que deverão fazer funcionar o sistema (o que, evidentemente, para um sistema democrático, significa o povo em geral, e não uma classe governante ou dominante).” (MACPHERSON, 1978, p.13)

Quando Macpherson afirma, entretanto, que deverá levar a cabo suas reflexões a partir de “modelos de democracia”, convém evitar o equívoco reducionista de certos teóricos contemporâneos que empobrecem o conceito de “democracia”, identificando-o unicamente a um determinado modelamento político da sociedade. O que importa destacar é que “democracia” não só significa poder escolher e legitimar governantes e leis; trata-se, isto sim, de uma qualidade que penetra toda a vida e atividades de uma comunidade nacional. Por sua vez, esta sociedade é vista como “...um conjunto inteiro de relações recíprocas entre as pessoas que constituem a nação ou outra unidade.” (MACPHERSON, 1978, p.13) Assim, um modelo de democracia inclui simultaneamente uma determinada conformação política e o tipo de sociedade que lhe é associado.

Tendo esclarecido o significado que atribui ao termo “modelo”, o próximo empreendimento será justificar a opção pela análise histórica de modelos sucessivos. Há duas razões principais que levam Macpherson a expor os diferentes modelos históricos da democracia liberal. Exatamente porque seu intento central é a compreensão da sociedade contemporânea e a projeção de alternativas para o futuro, pensa o autor ser necessário percorrer o caminho do passado. A primeira razão para assim proceder é evitar o risco de perder-se a capacidade de olhar para a frente. “É demasiado fácil, ao empregar um único modelo [o presente], bloquear vias futuras; corre-se facilmente o risco de pensar que a democracia liberal ... está fixa em seu molde atual.” (MACPHERSON, 1978, p.14) O recurso à reconstrução da processualidade histórica força-nos a pensar em “... opções que podem tornar-se possíveis mediante relações econô-

micas e sociais modificadas.” (MACPHERSON, 1978, p.15) O outro motivo que justifica a opção por modelos sucessivos é esquivar-se de um outro risco, a saber, o da incapacidade de revelar plenamente o conteúdo e a natureza do modelo presente. Não obstante cada novo modelo de democracia liberal ter invariavelmente contado com a encarnação de consideráveis elementos dos modelos anteriores, impossível negar que “... o modelo vigente no momento é um amálgama, produzido pela rejeição parcial e absorção parcial de modelos anteriores.” (MACPHERSON, 1978, p.15)

Chegando-se a esse ponto, uma vez definida a importância de analisar-se a democracia liberal a partir de modelos sucessivamente vigentes no curso histórico, resta ainda a preocupação quanto ao critério utilizado para a caracterização das formações sociais que devem ser propriamente caracterizadas enquanto democracias liberais. Aqui, como nos momentos anteriores, percebe-se que a decisão metodológica é sempre fortemente carregada de juízos de valores; é preciso determinar o que se julga serem os aspectos essenciais de um modelo. Macpherson rejeita a idéia mais corrente de que a essência da democracia reside em caracteres como o ideal de direitos individuais iguais, a igualdade formal perante a lei, a preservação das liberdades civis básicas, o direito de voto igual para todos os cidadãos, o sistema de partidos concorrentes e a representação política. Coerente com a conceituação que propusera ao referir-se a “modelos”, pensa que o mais importante seja “... prestar atenção à relação entre instituições democráticas e estrutura subjacente da sociedade.” (MACPHERSON, 1978, p.16) Nesse sentido, a relação primordial que se estabelece nas democracias liberais, a qual é freqüentemente negligenciada pelos teóricos contemporâneos, é a vinculação entre democracia e classe social. Para o autor, o mais importante, e menos analisado, é “... o fato de que a democracia liberal tem sido projetada tipicamente para ajustar-se a um esquema de governo democrático numa sociedade dividida em classes ...” (MACPHERSON, 1978, p.16) Assim, uma vez que até o século XIX, nem teórica nem praticamente foi buscado tal ajuste, as formulações anteriores são tidas tão-somente como *precursoras* da democracia liberal.

O autor passa, então, à análise dos diferentes modelos de democracia que se sucederam desde o início do século XIX até o presente. Nomeia o primeiro como Modelo de Democracia Protetora; o segundo, como

Democracia Desenvolvimentista; e o terceiro, Democracia de Equilíbrio, que segundo ele é o que vigora atualmente. O quarto modelo é o da Democracia Participativa, que é justamente o que aponta o caminho para que o homem comum, através da participação, venha a desempenhar efetivamente um papel mais ativo.

2. Democracia protetora

Este modelo inicia-se com a ruptura da democracia pré-liberal (Rousseau e Jefferson), ingressando-se propriamente na democracia liberal. Na primeira, era rejeitada a divisão em classes enquanto a democracia liberal aceita a divisão de classes e é formulada sobre este pressuposto. Seus primeiros expoentes foram Jeremy Bentham e James Mill, com a teoria do utilitarismo, que via na franquia democrática um modelo de homem maximizador de utilidades. Aqui, o que se entende como maximizar é ter o máximo para si, mais felicidade, mais riqueza e poder, tornando os seres humanos poderosos instrumentos de produção. Neste contexto, a base utilitarista de Bentham e Mill pode ser assim resumida: *“O único critério defensável de bem social era a maior felicidade do maior número, tomando-se felicidade como sendo a quantidade de prazer individual menos sofrimento. No cálculo da felicidade líquida total da sociedade, cada indivíduo devia ser contado como um.”* (MACPHERSON, 1978, p.36)

Macpherson vê em Mill, através das suas teorias, que a sociedade para ele seria *“... um conjunto de indivíduos que incessantemente procuram poder sobre outros e em detrimento de outros”*. (MACPHERSON, 1978, p.32) Através de estruturas legais, existiriam leis a garantir a distribuição dos direitos e deveres que assegurassem a maior felicidade do maior número de indivíduos, garantindo assim a subsistência, a abundância, o favorecimento da igualdade e a manutenção da segurança. Macpherson, enfatizando a idéia que esses teóricos fazem sobre o utilitarismo, define-os como tendo ideais burgueses, buscando o próprio interesse sem limites, entrando em antagonismo com o interesse de todos os demais, superando de modo absoluto o princípio da igualdade.

Tanto Bentham quanto Mill tinham reservas quanto à escolha de governos através de franquias ou sufrágio. Diziam “cada homem um voto”, mas Bentham não se mostrava tão entusiasmado com uma franquia

democrática, na medida em que excluía setores da sociedade do direito ao voto. Apesar disso, o povo da época pedia por um governo que representasse os seus anseios e isto seria através do voto, no que mais tarde tanto Bentham quanto Mill concordaram: “*O único meio bom de obter o governo é pelo livre sufrágio do povo.*” (MACPHERSON, 1978, p.46) Convém destacar que este seria um governo dos ricos, pois poderia melhorar o seu desempenho enquanto dirigentes. Desta maneira, dificilmente poder-se-ia dizer que mantivesse um espírito de igualdade. Este modelo de democracia supõe que o homem é um consumidor ao infinito, que sua motivação preponderante é a maximização de suas satisfações ou utilidades, servindo-se da sociedade para si mesmo; e que uma sociedade nacional nada mais é do que um conjunto desses indivíduos, portanto, modelada pela sociedade de mercado.

Para Macpherson, neste modelo, tanto Bentham como Mill não vislumbraram um novo tipo de homem e sociedade; eles somente admitiam que através da franquia democrática seria possível impedir que os governos oprimissem os governados.

3. Democracia desenvolvimentista

No modelo anterior, nem Bentham nem Mill questionavam a divisão de classes, uma vez que era lei natural a exploração do homem pelo homem. A partir da segunda metade do século XIX,

“... duas mudanças naquela sociedade impunham-se à atenção dos pensadores liberais, mudanças que exigiam um modelo muito diferente de democracia. Uma dessas mudanças era que a classe trabalhadora (que Bentham e James Mill não consideravam perigosa) começava a parecer perigosa à propriedade. A outra é que as condições da classe trabalhadora se tornavam tão ostensivamente desumanas que os liberais mais sensíveis nem a podiam aceitar como moralmente defensável ou economicamente inevitável.” (MACPHERSON, 1978, p.49)¹

¹ No texto traduzido para o português há um erro. A construção no singular (... nem a podiam aceitar como moralmente defensável ou economicamente inevitável) faz supor que a mudança não poderia ser aceita como moralmente defensável ou economicamente inevitável. Entretanto, não é isto o que o autor afirma. Para ele, é a condição da classe trabalhadora que não pode ser aceita nem mesmo pelos liberais

Considerando essas condições em que a classe trabalhadora começa a militância – que na Europa data das Revoluções de 1848 –, Mill fica convencido de que esta não poderia mais ser calada ou detida por muito tempo.

Em trechos da obra de Mill, *Political Economy*, o autor nos oferece essa perspectiva da necessidade de reformular a visão de homem e sociedade. “As classes trabalhadoras assumiram seus interesses nas próprias mãos, e estão sempre mostrando pensar que os interesses de seus empregadores não são idênticos aos seus, mas antagônicos. [...] Os pobres escaparam dos cordéis e não mais podem ser governados ou tratados como crianças.” (apud MACPHERSON, 1978, p.50) A organização dos trabalhadores, que foi conhecida como cartismo, foi a primeira distinção aberta de interesse, sentimento e opinião entre este segmento da nação e todos acima dele. Os modelos de Bentham precisavam ser transformados no que diz respeito ao ideal de homem e sociedade, embora Mill tivesse esperança de que “... a classe trabalhadora pudesse no futuro tornar-se bastante racional de modo a aceitar as leis da economia política (tal como ele as entendia). [...] Ele pensava que os trabalhadores podiam reagir e sair de sua miserável condição...” (apud MACPHERSON, 1978, p.52)

A distinção do Modelo 1 para o Modelo 2 é que no segundo Macpherson vê em Mill um avanço no sentido moral. Existe, então, a possibilidade de aperfeiçoamento da humanidade, tornando-se a sociedade livre e igual – uma sociedade democrática. O aperfeiçoamento esperado é um aumento do auto-desenvolvimento pessoal de todos os membros da sociedade que, para Mill, seria o “... avanço da comunidade em intelecto, em virtude, em atividade prática e eficiência”. (apud MACPHERSON, 1978, p.52) Portanto, conforme afirma Macpherson, no Modelo 2,

“O homem é um ser capaz de desenvolver suas forças ou capacidades. [...] o homem não é em essência um consumidor e apropriador (como o era no Modelo 1), mas aquele que exerce,

mais sensíveis. Veja-se o texto original: “One change was that the working class (...) was beginning to seem dangerous to property. The other was that the condition of the working class was becoming so blatantly inhuman that sensitive liberals could not accept it as either morally justifiable or economically inevitable.” (MACPHERSON, 1977b, p.44)

desenvolve e desfruta suas capacidades. A boa sociedade é aquela que permite e incentiva todos a agirem como excededores, desenvolvedores e desfrutadores do exercício e desenvolvimento de suas capacidades.” (apud MACPHERSON, 1978, p.53)

Caracterizando ainda o Modelo 2, Macpherson enfatiza que a democracia reforça a tese de que a participação dos cidadãos, pelo menos sob o ponto de vista de votar a favor ou contra o governo, confere a eles um caráter mais ativo na vida social. No entanto, no tocante à distribuição da riqueza e do poder econômico, Mill destaca que era injusto porque impedia que a classe trabalhadora tivesse acesso para desenvolver-se e viver humanamente. Mill, ao mostrar o princípio de equidade como a proporção entre remuneração e esforço, justificaria a propriedade privada que assegurava aos indivíduos “... *os frutos do seu próprio trabalho e abstinências, e não os frutos do trabalho e abstinência de outros*”. (apud MACPHERSON, 1978, p.58) Deste modo, a propriedade, para Mill,

“... consiste no reconhecimento, em cada pessoa, de um direito a dispor com exclusividade do que ele ou ela tenha produzido por seu próprio esforço, ou recebido seja por dádiva ou justo acordo, sem violência ou fraude, daqueles que o produziram. A base do todo é o direito dos produtores àquilo que eles mesmo produziram.” (apud MACPHERSON, 1978, p.58)

O teórico do Modelo 2 não percebeu que as relações de mercado capitalista somente aguçam a distribuição injusta original, pois dão ao capital parte do valor acrescentado pelo trabalho, aumentando, assim, incessantemente o volume de capital. Portanto, era visível que as sociedades modernas estavam divididas em duas classes com interesses antagônicos: a classe dos ricos e a classe trabalhadora, sendo a segunda mais numerosa. Para Mill, se a franquia funcionasse como “cada pessoa um voto” incorreria em uma legislação classista que apenas garantiria o interesse da classe mais numerosa – a trabalhadora. Mill propõe, então, o sistema de voto plural, para que os membros da classe menor fiquem em igual condição aos da classe maior. Nenhuma deve superar a outra para que não haja uma “legislação classista”. Macpherson, ao analisar o Modelo de Mill, entende que este não pode ser classificado como

plenamente igualitário, pois dá peso diferenciado aos cidadãos, dependendo do lugar que ocupam na sociedade. Nas suas análises finais, segundo Macpherson,

“Mill havia percebido contradição entre o seu ideal desenvolvimentista e a sociedade dividida em classes e exploradora de seu próprio tempo. Falhou em resolvê-la, mesmo em teoria, devido a que não a identificou rigorosamente: ele não percebeu que se tratava de uma contradição entre as relações capitalistas de produção como tais e o ideal de desenvolvimento”. (MACPHERSON, 1978, p.73)

Os teóricos desenvolvimentistas falharam em ver a diferença entre o sistema democrático daquela época – que se parecia muito mais com o mercado – e suas esperanças desenvolvimentistas e idealistas levou ao fracasso o Modelo 2 e sua substituição pelo Modelo 3 – modelo inteiramente rígido e aparentemente idealista.

4. Democracia de equilíbrio

Prevalece no mundo ocidental nos meados do século XX, substituindo o falido Modelo 2. Macpherson combina em três termos esse Modelo – “Modelo de equilíbrio, elitista e pluralista”.

“É pluralista porque parte da pressuposição de que a sociedade a que se deve ajustar um sistema político democrático é uma sociedade plural, isto é, uma sociedade consistindo de indivíduos, cada um dos quais é impelido a muitas direções por seus muitos interesses, ora associado com um grupo de companheiros, ora com outro. É elitista naquilo que atribui a principal função no processo político a grupos auto-escolhidos de dirigentes. É um modelo de equilíbrio no que apresenta o processo democrático como um sistema que mantém certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos.” (MACPHERSON, 1978, p.80)

O Modelo 3 foi formulado por Joseph Schumpeter no seu livro *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942). Seus conceitos fundamentais são:

“... primeiro, que a democracia é simplesmente um mecanismo para escolher e autorizar governos, e não uma espécie de sociedade nem um conjunto de fins morais; segundo, que o mecanismo consiste de uma competição entre dois ou mais grupos escolhidos por si mesmos de políticos (elites), grupados em partidos políticos, para os votos que os qualificarão a governar até as eleições seguintes. A função dos votantes não é resolver problemas políticos e depois escolher representantes que executem as suas decisões; é, isto sim, escolher os homens que farão as decisões.” (MACPHERSON, 1978, p.82)

A democracia dá a oportunidade de, através do voto, substituir governos defendendo-se da tirania. O espírito da democracia é registrar os desejos do povo tais como são. Macpherson observa, no entanto, que a democracia, no Modelo 3, é “... *tão-somente um mecanismo de mercado: os votantes são os consumidores: os políticos são os empresários.*” (MACPHERSON, 1978, p.82-83)

A partir dos conceitos **pluralismo** e **equilíbrio**, poderíamos confiar totalmente no Modelo 3 como um modelo democrático, uma vez que o pluralismo é preferível ao totalitarismo e equilíbrio soa melhor do que desequilíbrio. No entanto, a análise que o autor faz do Modelo 3 não dá indicativos nem direciona para o sentido pleno de democracia. O equilíbrio proporcionado pelo Modelo 3 é um equilíbrio ancorado na desigualdade uma vez que é amparado pelo mercado, e este nem sempre é democrático.

“... a soberania do consumidor que proclama oferecer é em grande grau uma ilusão; e que, na medida em que a soberania do consumidor for real, é uma contradição do dogma democrático central da qualificação do indivíduo para uso e desfrute de suas capacidades. As afirmações de equilíbrio ótimo e soberania do consumidor são virtualmente a mesma coisa – dois lados da mesma moeda – e portanto podemos considerá-las como um só assunto.” (MACPHERSON, 1978, p.90)

Também não poderá ser o Modelo 3 democrático, se as variáveis tomadas em conta para análise forem a soberania do consumidor e o equilíbrio. Sendo o poder aquisitivo o equivalente a dinheiro, não podemos afirmar que uma sociedade tão permeada por desigualdades

como a nossa seja considerada democrática. Podemos até considerar a **soberania do consumidor**, conforme afirma Macpherson, mas esta expressão representará apenas um jogo de palavras, já que, numa sociedade assim desigual, a soberania de um grupo de consumidores, em situação tão díspar, não pode ser considerada democrática.

A energia política representa um fator que pode servir de base para a análise de uma sociedade democrática. No entanto, numa situação de disparidade econômica e política, a apatia sobrepõe-se à energia. E retornamos ao ponto de partida: também a apatia, que não pode ser considerada enquanto um elemento independente, é fruto de uma sociedade desigual e, portanto, desfavorável à democracia. Macpherson faz, então, uma avaliação da falha do Modelo 3 (de Equilíbrio) quanto a esses dois aspectos.

“Algumas demandas são mais efetivas do que outras porque, onde a demanda é expressa em insumo de energia humana, o insumo energético de uma pessoa não pode obter o mesmo lucro por unidade quanto o de outra pessoa. E a classe de demandas políticas que têm o máximo de dinheiro para espaldá-las é em geral a mesma daqueles que têm o maior saldo por insumo de energia humana. Em ambos os casos são as demandas das classes sócio-econômicas mais elevadas que são as mais efetivas. Por isso é que as classes inferiores são apáticas. Em suma, o equilíbrio e a soberania do consumidor, na medida em que o Modelo 3 proporciona essas coisas, longe estão de ser democráticos.” (MACPHERSON, 1978, p.92)

Um outro aspecto em que falha o Modelo 3 na administração de prioridades é que “... *não oferece significativo volume de soberania ao consumidor.*” (MACPHERSON, 1978, p.92)

O que o Modelo 3, na verdade, delineia é uma ilusão de soberania que permanece permeada pelas tramas do mercado. A elite fornecedora de bens políticos desempenha um papel de criadora de demandas e faz desaparecer o indivíduo autônomo, na medida em que acata demandas que não foram por ele criadas.² Este modelo somente seria preferível a

² Uma crítica semelhante, pelo enfoque da cultura, é aquela de Adorno, especialmente no capítulo “A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, em *Dialética do Esclarecimento* (1947).

um regime de ditadura, se é que podemos chegar a essa análise. Na verdade, o que o autor quer sugerir é que não devemos contentar-nos com as limitações do Modelo de Equilíbrio e buscar um outro possível, tentando superá-lo a partir da crítica a ele e da busca de alternativas.

5. Democracia participativa

O Modelo da Democracia Participativa não é um modelo sólido como os demais. Teria surgido como lema dos movimentos estudantis da década de 60, difundido-se entre os movimentos de trabalhadores e parece que teria representado a esperança de um sistema de governo e de uma sociedade mais participativa.

O Modelo 4 passa, inevitavelmente, pela quebra da primazia do que Macpherson chamara antes a Teoria Política do Individualismo Possessivo, em uma análise das teorias de Hobbes e Locke (1979). Às idéias desses autores, contrapõe as teses de Mill e Marx, no que concerne ao possível esgotamento do capitalismo, através de suas fraquezas que são agora visivelmente manifestadas. Quanto à perspectiva marxiana, assim se refere Macpherson:

“Marx esperava que o desenvolvimento do capitalismo levasse ao aguçamento da consciência de classe, o que levaria a vários tipos de ação política pela classe trabalhadora, o que aumentaria ainda mais a consciência da classe trabalhadora e a converteria em consciência revolucionária e em organização revolucionária.” (MACPHERSON, 1978, p.103)

A partir da constatação de que no Modelo 3 era escassa a participação, e que antagonismos e desigualdades eram variáveis sempre presentes, o autor aponta dois requisitos necessários para o surgimento do Modelo 4.

“Um deles [o primeiro requisito] é a mudança da consciência do povo (ou da sua inconsciência) do ver-se e agir como essencialmente consumidor, ao ver-se e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua capacidade. Isso é requisito não apenas para o surgimento, mas também para a atuação de uma democracia participativa.” (MACPHERSON, 1978, p.102-103)

A segunda exigência seria a diminuição da desigualdade social. Daí, o que resulta em um círculo vicioso, qual seja o de que não podemos obter mais participação democrática sem uma alteração das desigualdades sociais; estas, por sua vez, não cessam ou diminuem sem uma mudança de consciência, sem uma participação mais efetiva dos indivíduos.

O aguçamento das disparidades sociais chegando à revolução proletária que Marx previra, não aconteceu e nem a previsão de Mill de que cooperativas de trabalho se sobreporiam à relação capitalista efetivou-se. Mas, há, nos dois autores, um enfoque a ser considerado, a saber: o de não esperar que uma das mudanças se realize antes que a outra comece. Observemos o que o autor nos diz ao analisar as posições de Marx e Mill:

“Ambos presumiam que as mudanças nos dois fatores que abstratamente parecem requisitos um do outro – a quantidade de participação política, de um lado, a desigualdade vigente e a imagem do homem como consumidor e apropriador, de outro – viriam paulatina e reciprocamente, uma mudança incompleta em um levando a certa mudança no outro, levando a mais mudança no primeiro, e assim por diante.” (MACPHERSON, 1978, p.104)

Duas variáveis resultantes da crise por que passa o sistema capitalista hodierno – o descontrole da inflação e o desemprego – representam, ao mesmo tempo, problemas insustentáveis e soluções para uma democracia participativa. Essas duas questões já têm levado os assalariados à militância de várias formas e têm feito com que trabalhadores saiam de sua apatia política em busca da diminuição das desigualdades sociais. Embora essa mudança de atitude ainda não se traduza em termos de participação política formal, não podemos negar que representa participação política aumentada.

Ao contrário do Modelo de Equilíbrio que define estreitamente a democracia, como sendo simplesmente um método de escolher e dar legitimação a governos, o Modelo da Democracia Participativa propõe que seja enfatizado o dinamismo do eleitorado como pessoas que moldam seus próprios destinos. O que o modelo proposto por Macpherson leva em conta não é tão-somente a liberdade dos indivíduos, já que esta estaria

contemplada no Modelo de Equilíbrio, mas a igualdade e a fraternidade com uma forte tendência para o comunitário.

Na etapa atual do desenvolvimento das sociedades modernas, o poder pessoal e os sistemas autoritários e tecnocráticos são verdadeiras anomalias; a própria complexidade dos problemas, no Estado e na empresa, torna decrépito todo regime em que um homem ou um grupo de homens pense e decida pela maioria. As condições atuais exigem, ao contrário, que cada cidadão no Estado, como cada trabalhador na empresa seja um centro de iniciativa e de criação; dito de outro modo, que cada um sinta-se responsável pelo destino de todos. No entanto, ressalta o autor, o problema não é apenas político, senão também uma questão antropológica – a sociedade é perpassada por uma visão de homem maximizador de utilidades e individualista. Existe, entretanto, o desencadear de uma consciência a que Macpherson assim se refere:

“... a oligarquia política e econômica terá de enfrentar uma nova onda democrática, dessa vez por parte dos descendentes daqueles que primeiro reclamaram e obtiveram voz ativa no processo político. Tal onda virá quando esses descendentes se derem conta de que também estão submetidos a um regime oligárquico. Talvez eles não percebam que as palavras ‘oligarquia’ e ‘oligopólio’ têm a mesma origem grega, talvez jamais venham a usar essas palavras, mas podem perceber a verdadeira conexão. Se o fizerem, a atual oligarquia, caso não consiga destruir o Estado democrático liberal (substituindo-o por algum tipo de Estado corporativista), terá de submeter-se a um regime democrático genuinamente participativo.” (MACPHERSON, 1991, p.168)

Mesmo afirmando que o problema central não é de como uma democracia participativa deve atuar, mas de como podemos chegar até ela, Macpherson faz uma proposta de democracia participativa. Para tanto, opta por um método de argumentação em duas etapas. Na primeira – denominada Modelo 4A –, desconsidera as condições reais e a história do constituição da sociedade liberal e elabora um sistema abstrato, que pode ser visto apenas como um conjunto de princípios. Na outra etapa – denominada Modelo 4B –, propõe-se a reinserir o contexto histórico na rede argumentativa, elaborando então uma proposta que ele julga plausível, factível de aplicação daqueles princípios às sociedades ocidentais contemporâneas.

Modelo 4A – Este modelo representa apenas uma abordagem inicial e abstrata a um sistema democrático participativo. Assim, Macpherson escolhe não tomar em conta as circunstâncias concretas que envolvem o problema.

“Se examinarmos as questões primeiramente em termos gerais, deixando de lado por ora tanto o peso da tradição como as circunstâncias concretas que pudessem prevalecer numa economia quando os requisitos fossem plenamente aceitos, o modelo mais simples que mais adequadamente pudesse ser chamado de democracia de participação seria um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base.” (MACPHERSON, 1978, p.110)

Como é possível perceber, o autor proporá um modelo através de premissas gerais, “em termos gerais”, sem uma avaliação profunda das condições materiais que regem a sociedade democrática liberal. A ausência destes parâmetros não permite definir, de fato, o modelo de sociedade por ele pretendido, autorizando-o apenas, nesta primeira aproximação, a apontar os princípios para um modelo mais participativo. Trata-se de uma instância utópica, visto que aponta apenas para princípios gerais, “deixando de lado”, ou seja, abstraindo da análise as condições concretas que permeiam a sociedade liberal – a divisão de classes e os antagonismos presentes nas relações humanas. Cabe ressaltar, no entanto, que as condições concretas e o peso da tradição serão, como afirma o autor, tão-somente “por ora” esquecidas. Com esse ponto de partida, sabe que chegará apenas a um conjunto de princípios, portanto, abstrato, irreal que será concretizado em um segundo momento, o qual, mais adiante, será por nós referido. Outro aspecto que merece ainda ser sublinhado diz respeito a um equívoco do tradutor quando este refere-se, no texto acima citado, à “economia”. Na verdade, tomando a obra original, vemos que o autor refere-se a “país”, o que significa a abrangência de uma sociedade em suas relações como um todo e não quanto à economia apenas. Não atentar para isto poderia significar um reducionismo de Macpherson que não pretenderá unicamente uma transformação econômica. Deste modo, não pode haver qualquer surpresa quando o próprio autor, mais adiante, afirma sobre o modelo, na forma

como é descrito nesta primeira aproximação:

“... esse singelo modelo é por demais irrealista. Ele não pode ir além de uma primeira aproximação no sentido de um modelo plausível, porque foi atingido por se deixar deliberadamente de lado o que devemos agora trazer à consideração – o peso da tradição e as circunstâncias concretas que provavelmente vigorarão em qualquer nação ocidental na época em que for possível a transição.” (MACPHERSON, 1978, p.113)

Em suma, a opção metodológica macphersoniana de inicialmente fazer tão-só uma aproximação abstrata ao Modelo de Democracia Participativa é plenamente consciente e deliberada. Ele tenciona unicamente facilitar a compreensão do leitor, fazendo uma exposição de sua proposta por etapas. Por isto mesmo, novamente é forçoso apontar outro problema na tradução. Ao usar o termo “singelo” o tradutor deixa escapar parte da carga semântica da expressão “*simple model*” que, sem dúvida, faz-nos recordar a tradicional relação entre o “simples” e o “abstrato”.

Como se deve, então, compreender essa primeira aproximação abstrata ao modelo? Para Macpherson, “... *seria um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois da base.*” (MACPHERSON, 1978, p.110) Macpherson aposta na aglutinação e na organização da base como forma de conciliar interesses e atingir o que seria decisão da maioria. Nas palavras do autor: “*Assim, começaríamos com a democracia direta ao nível de fábrica ou vizinhança – discussão concreta face a face e decisão por consenso majoritário, e eleição de delegados que formariam uma comissão no nível mais próximo seguinte, digamos, um bairro urbano ou subúrbio ou redondezas.*” (MACPHERSON, 1978, p.110) Os delegados teriam de ser instruídos por seus eleitores a fim de que pudessem representá-los de modo fiel às suas aspirações, permitindo a efetivação do consenso, e assim procederiam até o vértice da pirâmide que seria “... *um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais.*” (MACPHERSON, 1978, p.110) Poderia aí, segundo o autor, haver um risco, já que as formulações de questões seriam feitas por uma comissão do conselho. No entanto, deveria haver um dispositivo de controle (por parte dos eleitores) que

significaria a não reeleição daqueles delegados que desviassem propostas ou simplesmente não representassem a vontade de seus eleitores.

Poderá haver situações em que não seria possível a efetivação do Modelo 4A. A apatia do povo na base, situações de iminente revolução ou contra-revolução, ou ainda o reaparecimento da divisão e oposição de classes representariam empecimentos que ocasionariam a falha do modelo piramidal. O sistema piramidal necessitaria, para sua concretização, da energia política do povo na base. Numa situação de apatia política, tornaria-se inexecutável. Ademais, em uma situação pós-revolucionária, há o ensejo de uma autoridade central. Neste sentido, Macpherson destaca que “... se uma revolução morde mais do que pode mastigar democraticamente, ela mastigará o bocado de modo não-democrático.” (MACPHERSON, 1978, p.111) Assim, o sistema piramidal, também nesta situação, seria inviabilizado. Por fim, o sistema só será executável com o desaparecimento dos antagonismos de classe, uma vez que tem como premissa a unificação da sociedade como um todo. A divisão e oposição de classes exigiria que o sistema político fosse capaz de preencher a contínua função de conciliação entre os interesses de classes, o que o impediria de ter claras e eficazes linhas de responsabilidade desde os níveis superiores eleitos até os níveis inferiores. Portanto, a supressão de antagonismos de classe representa também condição necessária para a implantação do sistema piramidal. Eis a análise do autor:

“É certo que isso só será possível na medida em que a relação entre capital e trabalho que prevalece em nossa sociedade tenha sido fundamentalmente mudada, porque as relações capitalistas produzem e reproduzem classes antagônicas. Nenhuma quantidade de redistribuição da renda pelo estado do bem-estar por si mesma mudará essa relação; nem qualquer quantidade de participação ou controle pelos trabalhadores em nível de fábrica ou de escritório o conseguirá: trata-se de um promissor ponto de ruptura, mas não fará a função toda.” (MACPHERSON, 1978, p.112)

Modelo 4B – Uma vez feita a primeira exposição, mais simples (Modelo 4A), Macpherson faz retornar à argumentação aquilo que deliberadamente deixara à margem – a tradição e as circunstâncias concretas. Deste modo, identifica a existência de partidos políticos como

o fator mais importante a ser considerado nesta segunda aproximação. A discussão de como os partidos políticos coexistiriam, paralelamente ao sistema piramidal, representa, pois, um segundo olhar, agora não-abstrato, à proposta de democracia participativa. Há partidos e estes são desejáveis, na medida em que há uma certa ordem de temáticas gerais em torno das quais eles poderiam concentrar-se, propor e debater políticas, etc. Quanto a essa combinação, deixemos o autor nos falar.

“Não apenas é, provavelmente, inevitável a combinação da pirâmide e dos partidos: ela pode ser positivamente desejável. Pois mesmo numa sociedade não dividida em classes haverá ainda problemas que os partidos constituiriam, ou mesmo que fossem de sua alçada propor e debater: problemas tais como a dotação geral de recursos, planejamento ambiental e urbano, política demográfica e de imigração, política militar.” (MACPHERSON, 1978, p.114)

Neste caso da conjugação do sistema piramidal com partidos políticos, cabe afirmar que tão-somente partidos cujas linhas políticas sejam concordantes com os princípios gerais de uma tal democracia liberal (participativa) poderiam ser legitimados.

A esta altura, a questão que obviamente se põe diz respeito à viabilidade prática de operacionalização desse modelo nas sociedades contemporâneas. Para Macpherson, “... parece haver real possibilidade de existirem partidos autenticamente participantes, e que eles possam operar mediante uma estrutura parlamentar ou de congresso para dar uma considerável medida de democracia participativa.” (MACPHERSON, 1978, p.115) Entretanto, o autor aponta a necessidade de um planejamento intencional detalhado que conduza a esta perspectiva.³

³ Neste ponto, um grave erro do tradutor compromete toda a argumentação de Macpherson. A afirmação final do autor é: “*This I think is as far as it is now feasible to go by way of a blueprint.*” (MACPHERSON, 1977b, p.114) O tradutor, não atentando para o fato de que o termo *blueprint* tanto pode designar *cópia heliográfica* quanto *planejamento detalhado de ação*, força até mesmo a estrutura da frase final e a traduz como: “*Acho que isso é tão plausível quanto tirar uma cópia heliográfica.*” (MACPHERSON, 1978, p.115) Na verdade, tal tradução subverte a idéia do autor e empresta-lhe ares da mais intensa ingenuidade. Por certo, uma boa opção em Língua Portuguesa seria: *Penso que, dadas as circunstâncias atuais, isto seria factível através de um plano detalhado de ação.* Esta hipótese faria jus a toda a argumentação precedente de Macpherson que, de fato, acredita na viabilidade de sua proposta sem, no entanto, crer que sua execução seria assim simplista.

Por fim, Macpherson retoma a questão que dera origem a toda a argumentação desenvolvida na obra *A Democracia Liberal*. O modelo da democracia participativa poderia ser enquadrado nos parâmetros da democracia liberal. No entanto, convém recordar que a questão central, colocada desde as primeiras linhas da obra é de que há duas possíveis compreensões para o termo **liberal**: uma que o identifica com o mercado capitalista; outra ressaltada pelo princípio ético da igualdade de todos no desenvolvimento de suas capacidades. Macpherson coloca o modelo de democracia participativa dentro desta segunda perspectiva, rechaçando a primeira. Assim, ao afirmar que seu modelo pode ser chamado de democracia liberal, certamente o faz na linha do abandono dos pressupostos do capitalismo, da supressão paulatina e gradativa da visão de homem atomístico e maximizador de utilidades. Por tudo isso, Macpherson conclui:

“... a própria possibilidade do Modelo 4 também exige ... um paulatino desaparecimento ou abandono das pressuposições de mercado quanto à natureza do homem e da sociedade, um afastamento da imagem do homem como consumidor maximizante, e grande redução da atual desigualdade econômica e social. Essas mudanças possibilitariam a restauração, e mesmo uma concretização, do princípio ético central do Modelo 2; e pelas razões anteriormente apresentadas, elas não negariam ao Modelo 4 o título de ‘liberal’. Na medida em que prevalecesse um forte senso do alto valor dos direitos iguais ao autodesenvolvimento, o Modelo 4 estaria na melhor tradição da democracia liberal.” (MACPHERSON, 1978, p.116)

6. Considerações finais

Nosso modelo de sociedade parece ver-se às voltas com contradições e antagonismos sempre presentes. Neste trabalho, pretendemos intervir nas discussões atuais sobre cidadania, apresentando a elaboração teórica de C. B. Macpherson, sob o ponto de vista da participação política como categoria primordial de uma proposta de sociedade democrática. Julgamos ainda ter demonstrado que a proposta macphersoniana de democracia participativa é perfeitamente plausível, desde que se possa contar com a possibilidade de transformações econômicas e sociais, o que

restou comprovado pela avaliação de modelos históricos sucessivos, não imutáveis ou atemporais, mantendo-nos confiantes na viabilidade de também ser alterável o modelo atual. Sua teoria pode representar, portanto, senão resposta acabada, parâmetros orientadores para repensarmos o modelo de democracia representativa que temos hoje. Calcado na participação abstrata do cidadão, através do voto em representantes eleitos para definir assuntos abstratamente colocados na ordem do dia, nosso modelo de democracia liberal permanece atrelado tão-somente a regulamentações formais. Nem mesmo, parece-nos, os tão propalados Conselhos de Representantes, previstos na ordem jurídica, chegam a atender ao requisito de participação efetiva dos cidadãos, uma vez que, eleitos, os representantes estarão legitimados para deliberar sobre temas gerais, não necessariamente retornando a discussão sobre assuntos diversos que possam surgir. Assim, se um representante é eleito pela comunidade para um Conselho de Saúde, por exemplo, deliberará sobre todos os assuntos relacionados àquele tema, indistintamente, isentando assim a sua comunidade da participação direta nas decisões sobre as questões mais concretas, o que nos faz lembrar a célebre advertência de Jean-Jacques Rousseau: “... *no momento em que um povo se dá representantes, não é mais livre; não mais existe.*” Amparados na séria advertência do célebre genebrino, crítico do liberalismo e da representação política, e subsidiados pela teoria macphersoniana da democracia participativa, propomos, à guisa de conclusão, certas reflexões, não como verdades com pretensão de validade absoluta, mas como convites ao debate.

A estabilidade das sociedades democráticas liberais contemporâneas funda-se num princípio de não-interferência recíproca: o mercado não considera a justiça e o direito, por sua vez, abstrai as condições econômico-materiais. Direito liberal e capitalismo coexistem sem intervenção de um na esfera do outro. O pilar do capitalismo – a livre concorrência – não corresponde, em nenhum grau, ao pleno desenvolvimento das capacidades humanas, uma vez que, está sistematicamente associada ao antagonismo de classes, às desigualdades sociais e à exploração do homem pelo homem.

A análise especulativa a partir de modelos históricos sucessivos permite constatar que a hegemonia do mercado ainda permanece presente nas sociedades liberais atuais, tornando-se empecimento para o pleno

exercício das liberdades e mantendo desigualdades e antagonismos entre as classes. De outra parte, também a análise de modelos conduz-nos à expectativa de crítica e de rearticulação de pressupostos democráticos tais como a *participação* dos cidadãos de um modo mais efetivo. A alternativa macphersoniana oferece presságios de que uma mudança social é perfeitamente plausível.

O aumento quantitativo, tanto na participação política dos cidadãos quanto no equilíbrio das desigualdades econômicas e sociais, embora por si só seja insuficiente para a superação do individualismo possessivo, apresenta-se como momento promissor da substancial transformação qualitativa do modelo de democracia liberal arraigado nas sociedades ocidentais. Assim, o modelo de democracia participativa proposto por Macpherson, uma vez que se funda em pré-requisitos que são parte de sua própria constituição, tanto é uma meta a ser alcançada quanto o processo que a ela conduz.

Através da teoria macphersoniana de análise da democracia liberal em seus aspectos manifestadamente apresentados tais como a análise da apatia e das desigualdades sociais como aspectos presentes de um círculo vicioso, tem-se a participação dos cidadãos como elemento integrador e constrangedor das desigualdades sociais. O exame que fizemos da teoria política da C. B. Macpherson conduz-nos à argumentação a respeito da existência de uma inter-relação entre as estruturas de desigualdades sociais e as possibilidades de participação dos indivíduos como cidadãos. Neste sentido, a teoria macphersoniana da participação leva-nos à compreensão de que a educação para a cidadania constitui um processo onde deve estar prevista a perspectiva de mudança de consciência do homem maximizador de utilidades a sujeito participante das decisões que a ele afetam, como um assumir a condição de sujeito, discutindo e deliberando sobre as questões públicas concretas, retraindo para a si a vontade alienada, enfim, resgatando o político como constitutivo do humano.

O Modelo de Democracia Participativa pertence, pois, à tradição liberal; não, entretanto, a qualquer orientação que tal tradição tenha tomado. É liberal no sentido do desenvolvimento pleno das liberdades individuais, mas conta com o enaltecimento da visão de homem-sujeito do processo político educativo para a cidadania. Portanto, a teoria macphersoniana supera a democracia representativa do Estado Liberal moderno na qual somos compelidos a uma participação formal. Nossos

representantes, escolhidos pelo voto, são representantes do estritamente abstrato, à base da mesma lógica abstraidora das relações materiais do liberalismo político e econômico.

Por fim, a teoria macphersoniana da democracia participativa nos convida a repensar nossa condição de cidadãos a partir da reaglutinação de forças, da participação e da mudança de consciência, educando-nos progressivamente para o exercício de cidadania pela própria participação cidadã, exercício este que pressupõe a assunção da condição de sujeito que discute e delibera sobre objetos concretos para, só então, escolher delegados que, em instâncias superiores, estarão legitimados para deliberar sobre estas mesmas questões concretas.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor, Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1947). Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 254p.
- FLICKINGER, Hans-Georg. A lógica imanente do liberalismo moderno. In: Pizzi, Jovino, Kammer, Marcos. *Ética, economia e liberalismo*. Pelotas: EDUCAT, 1998. p.39-62.
- FLICKINGER, Hans-Georg. O direito de cidadania – uma faca de dois gumes. *Veritas*, Porto Alegre, v.43, n.especial, p.205-215, dezembro de 1998.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* (1651). Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 420p. (Coleção Os Pensadores).
- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano* (1690). Trad. Anoar Aiex e E. Jaci Monteiro. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 348p. (Coleção Os Pensadores).
- MACPHERSON, Crawford Brough. *A democracia liberal* (1977). Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 118p.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *A teoria política do individualismo possessivo* (1962). Trad. Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 318p.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios* (1985). Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 200p.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *Democratic theory: essays in retrieval*. London/England: Clarendon Press - Oxford, 1973a. 255p.

- MACPHERSON, Crawford Brough. Hobbes, analyst of power and peace. In: Hobbes, Thomas. *Leviathan*. Harmondsworth, Middlesex/England: Penguin Books, 1985. p.9-70. (Penguin Classics).
- MACPHERSON, Crawford Brough. Política: Democracia Pós-Liberal?. Trad. Aulyde Rodrigues. In Blackburn, Robin (Org.). *Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.16-29. (Coleção Pensamento crítico; v.44).
- MACPHERSON, Crawford Brough. Rawls's Models of Man and Society. *Philosophy of the Social Sciences*, n.3, 1973b, p.341-347.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *The Life and Times of Liberal Democracy*. New York: Oxford University Press, 1977b. 120p.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *The real world of democracy* (1965). 17th printing. New York/USA: Oxford University Press, 1966. 67p. (First issued by the Canadian Broadcasting Corporation).
- OLIVEIRA, Neiva Afonso. *Rousseau e Rawls: contrato em duas vias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 238p. (Coleção Filosofia, 109)
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social* (1757); *Ensaio sobre a origem das línguas* (1759?); *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755); *Discurso sobre as ciências e as artes* (1749). Trad. Lourdes Santos Machado; introduções e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 432p. (Coleção Os Pensadores).

